

A representação do ultramar nos armoriais portugueses (séculos XVI-XVIII)

O presente texto pretende avaliar o impacto dos elementos ultramarinos na heráldica portuguesa dos séculos XVI e XVII por via do estudo da sua presença nos armoriais – códices ou impressos em que se registam colectâneas de armas – produzidos nessa cronologia. Para esse efeito, procurar-se-á em primeiro lugar definir o objecto de estudo de um ponto de vista heurístico, indagando sobre a natureza dos armoriais e sobre a sua inserção na cultura política da época. Em seguida, tratar-se-á de caracterizar os armoriais produzidos nesse mesmo âmbito, a fim de enumerar e analisar as armas neles consignadas que evidenciem motivos ultramarinos. Por fim, averiguar-se-á a presença de heráldica atribuída aos próprios territórios ultramarinos por este género de obras.

Ao contrário do que se possa pensar, a heráldica não foi na Idade Moderna menos viva nem menos presente que na Idade Média. Assistiu-se na verdade a uma disseminação da matéria heráldica ao longo da Idade Moderna, que ultrapassou o âmbito dos oficiais de armas, para se estender a uma parte da população letrada mediante o acesso a obras impressas cujo conteúdo incidia total ou parcialmente sobre temas heráldicos, eventualmente ilustradas com gravuras de armas. Em simultâneo, verificou-se a construção de um saber técnico, codificado e especializado, que distanciou a heráldica da livre criação medieval e procurou estruturá-la em regras rígidas e em sistemas hierarquizados, não só de elementos exteriores, como até mesmo de componentes presentes

dentro do campo do escudo. A linguagem heráldica manteve-se cristalizada em formas medievais e de influência francesa, que teriam sido normais e perfeitamente compreensíveis na Idade Média, mas que passaram a constituir, a partir de certa altura, um léxico afastado do uso e da compreensão comuns. Tanto mais que a construção da frase heráldica – isto é, o ordenamento das armas – continuou também a obedecer a critérios caídos em desuso. Assim, tanto do ponto de vista lexical como sintáctico, formou-se uma *gramática heráldica*, à qual, em conjunto com as regras de composição e de estilização, se chamou o *brasão*.¹ Formou-se assim uma linguagem que não estava ao alcance de todos. Nem queria está-lo.

Michel Pastoureau chamou a atenção para a necessidade de se proceder ao estudo da literatura heráldica produzida ao longo das Idades Moderna e Contemporânea, assinalando o divórcio existente entre a ciência heráldica actual – mesmo a corrente “científica”, que entende a heráldica como um ramo do conhecimento histórico – e este tipo de literatura.² O autor apontava com estranheza o facto de não existir estudo geral algum dedicado aos tratados de brasão. Indagando os motivos deste desprendimento dos investigadores em relação aos tratados e manuais de brasão, Pastoureau advogava que a heráldica científica tem dado sempre preferência, com certa razão, aos selos, aos armoriais e aos documentos arqueológicos, todos eles fontes mais fundamentadas no uso concreto das armas. A heráldica erudita acabou, portanto, por se desviar de um género de literatura que abandonou às mãos dos bibliófilos, dos coleccionadores, dos “amadores” e dos curiosos. Daí resultou um divórcio assinalável entre a heráldica tal como a conhecem estes “diletantes” e tal como a praticam os investigadores, os arqueólogos, os historiadores: a primeira pauta-se por critérios teóricos, normativos, encerrando-se dentro de regras, de listas, de exemplos didácticos que procuram levar o sistema do brasão até à exaustão; a segunda, pelo contrário, é maleável, livre, viva, transgredindo amiúde as suas próprias regras e os hábitos consumados. Concluía o mesmo autor que, em qualquer época ou região consideradas, a heráldica tal como é ensinada difere sempre da heráldica tal como é efectivamente usada.

Claire Boudreau levou mais longe o estudo da relação entre tratados de armaria e armoriais, salientando como eram ambos construídos sobre a pedra de toque da noção

1 Sobre a formação e difusão da linguagem heráldica, a obra de referência continua a ser Gerard J. Brault, *Early blazon. Heraldic terminology in the twelfth and thirteenth centuries with special reference to arthurian heraldry*. Woodbridge: The Boydell Press, 1997 (1.ª edição de 1972); que deve ser hoje completada com o amplo léxico crítico fixado por Claire Boudreau, *L'Héritage symbolique des héralts d'armes. Dictionnaire encyclopédique de l'enseignement du blason ancien (XIVe – XVIe siècles)*. Paris: Le Léopard d'Or, 2006, 3 vols.

2 Michel Pastoureau, “L'historien et les traités du blason (XIVe – XXe siècles)”, in Roger Harmignies (Ed.), *Sources de l'Héraldique en Europe Occidentale*. Bruxelles: Académie Internationale d'Héraldique / Archives Générales du Royaume, 1985, p. 129.

de justiça, dada como a própria origem das armas: na mentalidade da época, estas serviam para identificar e recompensar os cavaleiros mais valorosos. As armas destinavam-se, portanto, a premiar, lembrar, fixar os méritos de uma pessoa, segundo o critério inelutável da verdade e da justiça.³ Daí decorriam as origens míticas do ofício de armaria: os 12 arautos criados por Júlio César, ligados simbolicamente aos 12 apóstolos encarregados de transmitir a Boa Nova. Os antecessores simbólicos dos arautos eram, aliás, os próprios anjos, considerados como mensageiros de Deus e colocados sob a autoridade do seu rei, o arcanjo São Miguel.⁴ As cotas de armas que aqueles oficiais envergavam para exercer seu ofício lembravam por isso as túnicas trajadas pelos diáconos para a leitura dos Evangelhos, ou seja, da Verdade.⁵

No seio desta missão de justiça, o armorial servia como obra de referência, de testemunho para identificação dos melhores. Podia também servir para corrigir os usos indevidos. A longo prazo, o armorial protegia a antiguidade do nome e a pureza da linhagem contra usurpações falaciosas que pudessem atraiçoar a verdade de uma ascendência longínqua. Os manuais de armaria nutriam objectivos idênticos. Os seus autores pretendiam sempre ensinar a verdadeira e vetusta ciência heráldica, a única capaz, na sua opinião, de permitir a destrição entre armas falsas e verdadeiras. Sobretudo pelo viés da etimologia, os autores de tratados procuravam a verdade original contida no nome de cada coisa. A simbólica das cores, dos móveis e dos animais servia para fixar, para reconhecer e para classificar como devia ser o grau de nobreza das armas.

Desta forma, armoriais e tratados de armaria, usados em conjunto, transmitiam uma concepção original do sistema heráldico. Por via destes dois tipos de obras, vinca-se, antes de mais, o carácter honorífico das armas. Estas eram então entendidas como marcas de honra destinadas a recompensar e distinguir os mais valorosos. No imaginário heráldico e nobiliárquico, as armas lembravam as qualidades de cada guerreiro e serviam de exemplo para a posteridade. Daí decorriam tanto a valorização das armas concedidas com relação às assumidas, como o carácter hereditário das insígnias.

Armoriais e tratados uniam-se, assim, na partilha do ensejo de conservar uma certa memória. Os tratados consignavam projectos estatutos, guardavam ordenações antigas e ensinavam a verdadeira ciência da armaria. Os armoriais, por seu turno,

3 Claire Boudreau, "Traité de blason et armoriaux: pédagogie et mémoire", in Louis Holtz, Michel Pastoureau, Hélène Loyau (Ed.), *Les armoriaux médiévaux*. Paris : Le Léopard d'Or, 1997, p. 388.

4 Claire Boudreau, "Les héralds d'armes et leurs écrits face à l'histoire: enquête sur la diffusion du mythe des origines de leur office (XIVe – XVIIe siècles)", in *L'identità genealogica e araldica. Fonti, metodologia, interdisciplinarietà, prospettive*. Roma : Ministero per i Beni Artistici e Culturali, 2000, vol. I, p. 453-476.

5 Cf. Claire Boudreau, "Messagers, rapporteurs, juges et «voir-disant». Les héralds d'armes vus par eux-mêmes et par d'autres dans les sources didactiques (XIVe - XVIe siècles)". In *Information et société en Occident à la fin du Moyen Âge*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2004, p. 233-245.

registavam armas expressivas de feitos antigos, fixavam a história das linhagens, exaltavam as glórias de antepassados. Para os seus autores, tanto uns livros como os outros veiculavam fundamentalmente a mesma memória: a das origens. Eram instrumentos de elaboração, conservação e transmissão de uma memória colectiva que estava na própria base da cultura nobiliárquica.⁶

Por isso, a noção de justiça subjacente à ordem seguida pelos armoriais portugueses tardo-medievais não seguia um critério cronológico ou “arqueológico”, que seria anacrónico para a época, mas sim o consagrado princípio filosófico e estético medieval da concordância da forma com o conteúdo. Se determinada estirpe fidalga se alçava acima das demais, alcançando o favor régio e proeminência na corte, era sem dúvida porque a sua origem se realçava de maior pureza e mais vetusta antiguidade que a das famílias incapazes de atingir semelhante posição. Não havia, portanto, discrepância, para os organizadores dos citados armoriais, entre critério de valimento e de antiguidade: ambos se confundiam necessariamente, por efeito e como expressão da justiça reinante.

O entendimento da heráldica como uma *emblemática honorífica* constitui a chave para a compreensão quer do seu papel na sociedade da Idade Moderna, quer da sua inserção na produção cultural coeva.⁷ Quando se considera a emulação existente entre os profissionais e os laicos, isto é, entre os oficiais de armas e os que o não eram, deve procurar-se a causa desta rivalidade na própria ideia de que a heráldica servia para construir e conservar a memória genealógica das estirpes nobres, mas também de todos os demais indivíduos e de todas as demais instituições que recorriam a um brasão para sua identificação.

Na verdade, as armas passaram a exprimir, antes de mais, a origem do indivíduo ou da instituição que as ostentava; e, por decorrência lógica, passaram a indicar o lugar que o seu detentor ocupava ou devia ocupar no seio da sociedade. Os textos heráldicos formavam o repositório dessa memória: nos armoriais compilavam-se as armas e registavam-se os feitos que lhes haviam dado origem; nos tratados, consignavam-se os preceitos pelos quais estas logravam formar um conjunto compreensível e, tendencialmente, um sistema dotado de escalas hierárquicas. Destas funções derivava a associação íntima da heráldica à genealogia e à nobiliarquia. Aquela permitia reconhecer as linhagens, esta fixava o papel que a cada uma cabia na ordem estabelecida.⁸

6 Cf. José Antonio Guillén Berrendero, *La Edad de la Nobleza. Identidad nobiliaria en Castilla y Portugal*. Madrid: Ediciones Polifemo, 2012.

7 Faustino Menéndez Pidal de Navascués, *Los emblemas heráldicos. Novecientos años de historia*. Sevilla: Real Maestranza de Caballería, 2014, p. 437-459.

8 João de Figueirôa-Rêgo, *Reflexos de um poder discreto*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, 2008.

Para o caso português, a caracterização da produção de livros heráldicos na Idade Moderna requereria um trabalho prévio e desejável, embora de execução complexa: a elaboração da lista de tais obras, incidindo em primeiro lugar sobre aquelas que se dedicam exclusiva ou prioritariamente à matéria heráldica – tratados e manuais de brasão, mas também armoriais, vocabulários e bibliografias especializadas – e compreendendo ainda, num segundo plano, obras de âmbito mais geral nas quais se incluem capítulos de heráldica. Tal tarefa foi parcialmente abordada por alguns heraldistas⁹ e alvo de duas propostas de sistematização e interpretação.¹⁰ Do conjunto desses tratados, porém, apenas quatro foram objecto de edição recente: por ordem cronológica de produção, dever-se-ia começar pelo *De Ministerio Armorum* do arauto Constantinopla, embora este se situe ainda nas franjas do período medieval e tenha sido, em 1977, objecto de uma edição que, tendo-se concentrado na leitura e tradução do texto, deixou de fora a componente heráldica; como aponta Werner Paravicini, tal edição ocultou tanto quanto revelou o códice.¹¹ Vêm em seguida o *Tratado de Nobreza*, de António Rodrigues, rei de armas Portugal;¹² o *Livro em que se trata da Origem dos Reis e Quantos Houve em Portugal e como Sucederam*, de António Coelho, igualmente rei de armas Portugal;¹³ e, por fim, o muito mais tardio *Tesouro Heráldico de Portugal*, de António José Vaz Velho.¹⁴ Quanto aos armoriais, salientam-se antes de mais as edições dos dois monumentais

-
- 9 A. Machado de Faria de Pinna Cabral, António Soares de Albergaria heráldista do século XVII. *Subsídios para a história da heráldica portuguesa*. Lisboa: separata de Tombo Histórico, 1929; Manuel Artur Norton, *A Heráldica em Portugal*. 1ª Parte. *Livro que trata da origem dos reis e quantos houve em Portugal e como sucederam por António Coelho*. 2ª Parte. *Correcções e Aditamentos*. Lisboa: Dislivro Histórica, 2006, vol. III, p. 27-45.
- 10 J. G. Calvão Borges, “A Armaria em Portugal e na Cultura Portuguesa”, in Guillermo Redondo Veintemillas (Ed.), *Actas del I Congreso Internacional de Emblemática General*. Zaragoza: Institución “Fernando el Católico”, 2004, vol. II, p. 1003-1006; Miguel Metelo de Seixas, “Qual pedra íman: a matéria heráldica na produção cultural do Antigo Regime”, *Lusíada. História*, série II, n.º 7, 2010, p. 357-413.
- 11 Werner Paravicini, “Signes et couleurs au Concile de Constance: le témoignage d’un héraut d’armes portugais”, in Denise Turell et alii, *Signes et couleurs des identités politiques. Du Moyen Age à nos jours*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2008, p. 159. A edição em causa é a de *Livro de Arautos* – estudo codicológico, histórico, literário e linguístico, texto crítico e tradução de Aires Augusto Nascimento –. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1977.
- 12 António Rodrigues, *Tratado Geral de Nobreza* (apresentação de Afonso de Dornelas). Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1931.
- 13 Transcrito e publicado por Norton, *A Heráldica em Portugal...*, vol. III, p. 25-335.
- 14 António José Vaz Velho, *Tesouro Heráldico de Portugal* (edição de Luís Stubbs Monteiro Bandeira). Lisboa: Gabinete de Estudos Heráldicos e Genealógicos, 1958-1963, 4 vols.

códices quinhentistas: o *Livro do armeiro-mor*¹⁵ e o *Livro da nobreza e perfeição das armas*¹⁶; a que se somam apenas duas obras do século XVII: o anónimo *Brasonário da Nobreza de Portugal* do século XVII¹⁷ e o *Compendio das Armas dos Reynos de Portugal & Algarve & das Cidades e Villas principaes delles* de Cristóvão Alão de Morais.¹⁸ A parcimónia da lista de obras recentemente editadas revela bem o quase esquecimento a que este tipo de produção tem sido relegado. E contrasta de forma singular com a profusão que tal género de códices – tanto armoriais como tratados de armaria – tiveram ao longo dos séculos XVII e XVIII, como já ficou evidenciado.¹⁹

Em Portugal, verifica-se que a irrupção desta produção compilatória e teórica no campo da armaria coincidiu com a apropriação da heráldica por parte da Coroa na transição da Idade Média para a Moderna. A heráldica foi então colocada ao serviço de um determinado ideal principesco e nobiliárquico, funcionando como instrumento de centralização do poder. Armoriais e tratados de armaria articularam-se nesse sentido com uma série de disposições legais tomadas pela Coroa a respeito de matéria heráldica, a começar pelas cartas de concessão ou acrescentamento de armas exaradas pela autoridade régia desde D. Duarte.²⁰

O caminho aberto pelas primeiras cartas de brasão de armas exaradas no século XV alargou-se ao longo da segunda metade dessa centúria de forma clara e irreversível. O número desses instrumentos de apropriação do direito heráldico foi aumentando em consonância com a implantação do modelo político da centralização régia, do

-
- 15 Este códice beneficiou de duas edições: *Livro do Armeiro-mor, organizado e iluminado por Jean du Cros* (estudo de António Machado de Faria). Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1956; e *Livro do Armeiro-mor* (estudo de José Calvão Borges). Lisboa: Academia Portuguesa da História / Edições Inapa, 2000; foi ainda objecto de diversos estudos heráldicos específicos, dos quais se salienta: Francisco de Simas Alves de Azevedo, *Uma interpretação histórico-cultural do Livro do Armeiro-Mor. Fastos significativos da História da Europa reflectidos num armorial português do século XVI*. Lisboa: Edição de Francisco Alberto d'Almeida Alves de Azevedo, 1966.
 - 16 António Godinho, *Livro da nobreza e perfeição das armas* (introdução, notas, direcção artística e gráfica de Martim de Albuquerque e João Paulo de Abreu e Lima). Lisboa: Edições Inapa, 1987.
 - 17 *Brasonário da Nobreza de Portugal. Manuscrito anónimo do séc. XVII* (estudo introdutório de José Teixeira da Mota). Lisboa: Edições Moreira & Almeida, 1999.
 - 18 Cristóvão Alão de Morais, *Compendio das Armas dos Reynos de Portugal & Algarve & das Cidades e Villas principaes delles* (edição de Miguel Metelo de Seixas). Porto: Caminhos Romanos / Centro Lusíada de Estudos Genealógicos e Heráldicos, 2013. Atente-se que este armorial compreende no início um pequeno tratado de armaria.
 - 19 Miguel Metelo de Seixas, *Heráldica, representação do poder e memória da nação*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora, 2011, p. 265-320.
 - 20 Miguel Metelo de Seixas; João Bernardo Galvão-Telles, “Elementos de uma cultura visual e dinástica: os sinais heráldicos e emblemáticos do rei D. Duarte”, In: Catarina Fernandes Barreira; Miguel Metelo de Seixas (Coord.), *D. Duarte e a sua época: arte, cultura, poder e espiritualidade*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais / Centro Lusíada de Estudos Genealógicos, Heráldicos e Históricos, 2014, p. 257-284.

qual era em simultâneo consequência e pública manifestação. Não é, contudo, apenas a multiplicação do número de cartas de brasão de armas que vem provar como elas se difundiram como instrumento do poder régio centralizado: também no que respeita ao seu teor, elas evidenciaram uma alteração significativa. Com efeito, a segunda metade do século XV correspondeu a uma época de plena afirmação do princípio heráldico dos acrescentamentos honrosos, isto é, da política de modificação de armas já existentes mediante a doação de novas figuras – que se vinham, portanto, somar às anteriormente existentes –, em nome do rei e invariavelmente como forma de assinalar e recordar serviços prestados à Coroa.

Desta forma, as cartas de armas serviam não apenas de corolário aos processos de nobilitação, mas também de instrumento de adscrição de famílias armoriadas no âmbito do serviço do monarca. Neste sentido, o reinado de D. Afonso V desempenhou um papel decisivo, pois, foi nessa época que, continuando embora com a concessão de armas novas às famílias que o rei alçava à categoria da nobreza, se desenhou outrossim uma política sistemática de agraciamento das armas dos servidores da Coroa com acrescentamentos honrosos. Tais dádivas ora procuravam aludir, de forma simbólica, a determinado feito que se pretendia recordar, ora consistiam na concessão de uma parte das armas do próprio soberano, vincando assim de forma nítida, neste caso, a relação de dependência estabelecida e simbolicamente perpetuada.²¹

O reinado do *Africano* também se caracterizou por outra circunstância de pesadas consequências: a emissão da primeira disposição legal conhecida em matéria heráldica. A carta régia emitida por D. Afonso V em Toro, a 21 de maio de 1476, continha determinações que procuravam restringir a autoridade heráldica ao principal rei de armas ao serviço da Coroa, já então denominado Portugal: a este caberia, em nome do soberano, tanto a concessão de armas novas como a confirmação de antigas, devidamente registadas no “livro do registo e tombo das ditas armas por mim novamente dadas e por ele ordenadas, e das armas de todos os fidalgos antigos, e de linha direita”.²² Os oficiais de armas desempenharam pois uma função primacial na centralização e instrumentalização da heráldica ao serviço da Coroa, mas também em prol da

21 Cf. Francisco de Simas Alves de Azevedo, “Armas de Castela e Leão em concessões heráldicas portuguesas”. *Hoja Informativa de la Academia Internacional de Genealogia y Heráldica*, n.º 188, 1962, p. 1; Carlos da Silva Lopes, “As conquistas e descobrimentos na heráldica portuguesa do século XVI”. *Armas e Troféus*, II série, tomo I, n. 2, 1960, p. 107-124; e Humberto Nuno de Oliveira; Miguel Metelo de Seixas, “As armas de D. Vasco da Gama e os acrescentamentos honrosos na heráldica portuguesa dos séculos XV e XVI”. *Tabardo*, n. 1, 2002, p. 31-56.

22 *Apud* Conde de São Payo, *Do Direito Heráldico Português. Ensaio Histórico Jurídico*. Lisboa: Centro Tipográfico Colonial, 1927, p. 35. Veja-se uma interessante interpretação desta legislação em Carlos da Silva Lopes, “As conquistas e descobrimentos...”, p. 107-124.

afirmação da nobreza em fase de definição de paradigma comportamental e curialização entre os séculos XV e XVI.

Todo este processo concorreu com a gesta dos descobrimentos e da expansão ultramarina; daí decorrendo o objectivo do presente estudo: avaliar como os elementos alusivos aos domínios ultramarinos foram incorporados nestes edifícios imaginários, agentes da memória colectiva da monarquia portuguesa e da sua nobreza no dealbar da modernidade. Assim, o propósito do presente estudo consiste em analisar tais representações, sejam elas de que entidades forem – indivíduos, famílias, instituições –, com o fito de compreender não apenas quem são as entidades representadas, mas também porque lhes são atribuídas determinadas armas e como estas se articulam entre si e em relação ao conjunto das armas não-ultramarinas.

Os dois armoriais quinhentistas que chegaram até aos nossos dias,²³ os citados *Livro do armeiro-mor* e *Livro da nobreza e perfeição das armas*, contêm já referências a uma dimensão ultramarina da heráldica portuguesa. Alguma dessa heráldica insere-se na categoria que os heraldistas designam por “imaginária”, ou seja, consiste em armas atribuídas a entidades que não fizeram uso efectivo delas. Tais armas proliferaram durante a Idade Média e a Moderna; foram durante muito tempo consideradas por historiadores e heraldistas como mera curiosidade, até Pastoureau ter chamado a atenção para o valor de que o seu estudo se reveste para a história das mentalidades, sobretudo quando se articulam em sistemas simbólicos complexos, como no caso do conjunto de armas atribuídas aos cavaleiros da Távola Redonda.²⁴ Embora emergentes do âmbito ficcional, tais insígnias tecem amiúde relações complexas com a realidade, que não deixam de influenciar, por vezes de forma decisiva.²⁵ No caso português, já foi

23 Infelizmente, não se conhece o paradeiro do armorial que precedeu estes dois códices, vulgarmente designado por *Livro Antigo dos Reis de Armas*. Trata-se de um volume de que já se tinha notícia na época de D. Afonso V, no qual, por ordem deste monarca, o rei de armas Portugal estava obrigado a registar e iluminar todas as armas concedidas por sua autoridade. Para o período manuelino, existe notícia de outro armorial mandado executar por ordem régia e que se conservava na sua guarda-roupa; este códice foi total ou parcialmente copiado por diversas mãos, encontrando-se por realizar o trabalho de confrontação das várias cópias existentes em Portugal e Espanha. Sobre o conjunto destes armoriais dos séculos XV e XVI, veja-se Miguel Metelo de Seixas, “As insígnias municipais e os primeiros armoriais portugueses: razões de uma ausência”. *Ler História*, n. 58, 2010, p. 155-179.

24 Michel Pastoureau, *Armorial des chevaliers de la Table Ronde. Etude sur l'héraldique imaginaire à la fin du Moyen Age*. Paris : Le Léopard d'Or, 2006.

25 Note-se, assim, que a heráldica imaginária pode influenciar a efectiva, tornando difícil uma distinção entre ambas. Menéndez Pidal estudou o caso exemplar das armas atribuídas ao reino da Galiza: quando os emblemas heráldicos surgem no Ocidente, esta entidade política já havia deixado de existir de forma autónoma. Por isso, não fez uso de heráldica própria, mas os armoriais atribuíram-lhe armas imaginárias. Mais tarde, quando por motivos políticos e culturais – sobretudo para evidenciar as várias parcelas históricas que formavam a monarquia hispânica – se quis identificar o reino da Galiza mediante uma insígnia própria, recorreu-se às armas consa-

estabelecido um paralelo entre o armorial da Távola Redonda e o dos cavaleiros envolvidos na expansão ultramarina.²⁶ Contudo, nos dois citados armoriais portugueses de início do século XVI, a heráldica imaginária presente limita-se a repetir aquela veiculada por outros armoriais europeus anteriores, tal como a série de armas atribuídas a reinos imaginários ou a reinos concretos, mas não dotados de heráldica.²⁷ Tal género de procedimento traduzia sobretudo uma vontade de veicular uma imagem completa do mundo, ligando-se intimamente a portulanos, roteiros e todo o tipo de instrumentos cartográficos e cosmográficos.²⁸

Mais interessante se revela a forma como se podem encontrar, nos mesmos armoriais portugueses, reflexos heráldicos de proezas cometidas no Ultramar nas armas de famílias nobres. A intervenção régia na heráldica das linhagens ligadas às conquistas ultramarinas assumiu diversos contornos. Em primeiro lugar, a criação de insígnias próprias, concedidas pelo rei por via de uma carta de armas que aludia expressamente ao contributo do agraciado para a expansão de além-mar.²⁹ Muitas destas insígnias apresentavam sobreposição de emblemas antigos e modernos: o que era o caso dos “acrescentamentos honrosos”, que vinham somar-se às armas pré-existentes; mas também o de armas novas que retomavam figuras próprias das linhagens, diferenciando-as de alguma maneira e combinando-as com outras, inventadas para o efeito e mais directamente alusivas quer à natureza dos feitos geradores da mercê, quer ao seu contexto geográfico. Deste modo, sem anular as insígnias pré-existentes, as armas assim refeitas

gradas pelos armoriais. Faustino Menéndez Pidal, “El origen inglés de las armas de Galicia”, in *Leones y castillos. Emblemas heráldicos en España*. Madrid: Real Academia de la Historia, 1999, p. 285-300.

26 Maria de Lourdes Calvão Borges; J. G. Calvão Borges. “Estudos de Heráldica Portuguesa – I – O Armorial das Conquistas e Descobrimentos e o Armorial da Távola Redonda”. *Armas e Troféus*, VI série, tomo I, n. 1, 2 e 3, 1987/1988, p. 5-28.

27 Azevedo, Uma interpretação histórico-cultural..., p. 103-120.

28 Cf. Alessandro Savorelli, “Atlanti simbolici dello spazio politico. I portolani e il *Libro del Conocimiento de todos los Reinos*”, *Armas e Troféus*, IX série, tomo XVII, 2015.

29 Anselmo Braamcamp Freire, *Armoria Portuguesa*. Lisboa: Cota d’Armas, 1989, *passim*, transcreve as principais cartas de armas de mercê nova. Os casos arrolados por Braamcamp Freire foram objecto de estudo por diversos autores, como António Machado de Faria de Pina Cabral, “Simbolismo heráldico dos descobrimentos e conquistas portuguesas”, in *Comunicaciones y conclusiones del III Congreso Internacional de Genealogia y Heráldica*, Madrid, Instituto Internacional de Genealogia y Heráldica, 1955, p. 361-374; Lopes, “As conquistas e descobrimentos...”; Borges & Borges, “Estudos de Heráldica Portuguesa – I – O Armorial das Conquistas...”; Oliveira & Seixas, “As armas de D. Vasco da Gama...”; e Miguel Metelo de Seixas, “Reflexos ultramarinos na heráldica da nobreza de Portugal”, in Miguel Jasmins Rodrigues (coord.), *Pequena Nobreza e Impérios Ibéricos de Antigo Regime*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Centro de História de Além-Mar, Direcção Geral de Arquivos, 2012, p. 1-37. As relações de figuras heráldicas e armígeros das notas seguintes são baseadas no cruzamento dos dados fornecidos por estes estudos.

inserir-se, mais uma vez, numa lógica comum de serviço à Coroa e de notoriedade e perpetuação da memória do envolvimento da família na expansão ultramarina.

Em certos casos, as figuras concedidas não tinham relação específica ou evidente com a gesta de além-mar. Assim se passava com algumas figuras tradicionais, apenas associadas de modo abstracto a determinadas qualidades guerreiras ou devoções religiosas que se queriam exaltar, como nos casos de leões, águias, cruzes e cordões;³⁰ e com as figuras falantes³¹ ou de difícil interpretação.³²

Num segundo patamar, tal relação estabelecia-se de forma um pouco mais nítida, mas sem recorrer a elementos directamente alusivos ao ultramar, como no caso das figuras associadas por tradição à simbólica da vitória sobre os islamitas,³³ ou no da concessão de partes das próprias armas reais ou da cruz da Ordem de Cristo.³⁴ (Figura 1)

Por fim, num terceiro nível, as insígnias podiam representar directamente as circunstâncias de âmbito ultramarino que haviam levado à sua concessão. A maior parte desses elementos demonstrava feitos bélicos, patentes em construções militares,³⁵

-
- 30 Os leões de Gil Simões e seu irmão Vicente Simões, Fernão Luís, Rui Vasques, Nicolau Coelho, Duarte Coelho, Lourenço de Oliva – este referente a um leão concreto, morto pelo armígero numa demonstração de coragem –, Fernão Moreira Perangal e Bento Maciel Parente; as cabeças de leão de Gonçalo Vaz de Campos; as águias de Fernão Gil de Monterroio, Lopo Esteves e Gabriel Gonçalves de Freitas; a cruz de Álvaro Afonso Frade; o cordão franciscano de Gabriel Gonçalves de Freitas.
- 31 A garça de João Garcês, o sagitário de João Fernandes do Arco, os lobos de João Gonçalves da Câmara de Lobos, dito o *Zarco* – pode levantar-se a hipótese de a torre assaltada por dois lobos ser alusão falante completa ao nome Câmara de Lobos –, o azambujeiro de Gaspar Pacheco do Azambujal, o sapato de Wolfgang Holtzschuher e a alcáçova de Pêro de Alcáçova.
- 32 O corvo de João Lopes; os esgalhos de Rui Vasques; os besantes de Filipe de Brito de Nicote; os bastões com aldrabas de Vasco Fernandes Caminha; o chefe endentado de João Lourenço; a faixa endentada de Fernão Moreira Perangal.
- 33 Os crescentes de Fernão Gil de Monterroio e Sebastião Gonçalves Pita; as estrelas de Álvaro Gonçalves de Cáceres, João Lourenço, João Garcês, Gonçalo Mendes Sacoto, Duarte Coelho, Fernão Moreira Perangal e André Caldeira.
- 34 O besante de prata em campo de azul de Álvaro Afonso Frade, o escudete de Portugal-Antigo de D. Vasco da Gama, a quina de Nicolau Coelho e o castelo de D. João Lobo – talvez também o de Diogo de Azambuja, que aludia expressamente ao da Mina, mas podia acumular o significado de acrescentamento honroso oriundo das armas reais –. Na qualidade de governadores da Ordem de Cristo, os reis de Portugal também incluíram nas suas concessões as respectivas insígnias, aliás desde cedo e intimamente associadas à simbólica da expansão: é o caso da cruz desta Ordem nas armas de Wolfgang Holtzschuher, e das quatro bandeiras com a mesma cruz nas de João de Figueiredo.
- 35 Os castelos de Diogo de Azambuja, Álvaro do Couto e Filipe de Brito de Nicote; as torres de João Gonçalves da Câmara de Lobos, Martim Esteves Boto, Fernão Luís, Duarte Coelho, Cristóvão Leitão – com sino –, Lopo Barrega e João de Figueiredo e Bento Maciel Parente; as muralhas de Manuel Mendes de Tânger e Francisco Monteiro de Pale; os baluartes de Diogo Fernandes do Carvalhal Benfeito, Pedro Anes do Canto e Belchior Vieira

armamento,³⁶ troféus,³⁷ navios,³⁸ bem como na representação concreta dos inimigos derrotados³⁹ ou do próprio herói.⁴⁰ Mais raramente, as figuras aludiam à navegação,⁴¹ ao descobrimento e tomada de posse de territórios,⁴² ou incorporavam elementos exóticos.⁴³

Por vezes, a escolha de figuras directamente alusivas aos feitos praticados no Ultramar coadunava-se com elementos tradicionais da heráldica pré-existente. Um dos casos paradigmáticos nesse sentido consiste nas armas concedidas pelo rei D. João III a Duarte Coelho, primeiro capitão-donatário de Pernambuco. (Figura 2) Tais armas, ausentes dos grandes armoriais manuelinos, constam do *Livro Darmas da nobreza fidalgia do Reino de portugal* (fl. 91), coligido por Brás Pereira Brandão e depois por seu sobrinho-neto Brás Pereira de Miranda, que adiante se caracterizará. Nelas, o leão e a bordadura das armas antigas dos Coelhos vêem-se conjugados com uma série de novos elementos: uma cruz latina assente num cômodo, um chefe carregado de cinco estrelas e cinco castelos a carregarem a bordadura em vez dos tradicionais – e falantes – coelhos.⁴⁴

Embora não se conheçam documentos coevos explicativos das figuras acrescentadas, não se afigura difícil entrever as suas origens: a cruz firmada no cômodo

Ternate; a cidade de Luís de Loureiro.

- 36 As lanças de Manuel Mendes de Tânger, Diogo Fernandes do Carvalho Benfeito e Lourenço de Oliva; as bombardas de Cristóvão Leitão e Francisco Monteiro de Pale; as setas de Cristóvão Leitão; a espada de Belchior Vieira Ternate; a adarga de Gaspar Pacheco do Azambujal; a escada de assalto de Luís de Loureiro.
- 37 As bandeiras de Luís de Loureiro, Vasco Fernandes César e Cristóvão Leitão.
- 38 As fustas de Vasco Fernandes César; a canoa de Bento Maciel Parente.
- 39 As cabeças de mouros de Martim Esteves Boto, Gabriel Gonçalves de Freitas, Manuel Mendes de Tânger, Gonçalo Mendes Sacoto, Belchior Vieira Ternate e Fernão Moreira Perangal; os bustos de mouros de Wolfgang Holtzschuher, Diogo Fernandes do Carvalho Benfeito, António Correia Barém – neste caso, com menção expressa de que se trata da cabeça do rei de Barém – e Lourenço de Oliva; e o mouro de corpo inteiro de Francisco Monteiro de Pale; e o próprio alcaide de Azamor no timbre de Luís de Loureiro.
- 40 O braço de Vasco Fernandes Caminha – empunhando uma aldraba – e Belchior Vieira Ternate – com uma espada; o guerreiro de corpo inteiro de Francisco Monteiro de Pale.
- 41 A ponta ondada de azul e prata de Álvaro Afonso Frade, Nicolau Coelho – neste caso, partida de verde, aludindo duplamente aos novos mares e terras –, Álvaro do Couto e Bento Maciel Parente; a ponta azul de Gaspar Pacheco do Azambujal; o quartel ondado de prata e azul de Filipe de Brito de Nicote; o cavalo marinho de André Caldeira.
- 42 Os padrões de Diogo Cão e Nicolau Coelho; os penhascos de Diogo Cão e Lopo Barriga; a caverna com barras de Bento Maciel Parente – alusiva às minas –. Poderá caber nesta categoria a cruz presente nas armas de Duarte Coelho, porventura alusiva à Terra de Santa Cruz.
- 43 As palmeiras de Álvaro Gonçalves de Cáceres e João Lopes; as cabeças de negro de Fernão Gomes da Mina; as onças de Nuno Martins Garro e Sebastião Gonçalves Pita; o tigre de Bento Maciel Parente.
- 44 Freire, *Armaria...*, p. 145-146.

representaria à própria invocação da Santa Cruz na denominação da terra cuja colonização se iniciava, ao passo que as estrelas aludiriam à constelação do Cruzeiro do Sul, já mencionada na carta de Mestre João, que acompanhou a notícia do achamento pela frota de Pedro Álvares Cabral. Já em relação à bordadura, além de retomar a das armas costumadas dos Coelhos, pode, outrossim, apontar-se um fenómeno de mimetismo visual que ela implica, no sentido de se tratar de uma forma de aproximação à heráldica do próprio rei de Portugal. Embora tal asserção possa parecer ousada, a verdade é que a política de acrescentamentos honrosos heráldicos concedidos pelos monarcas portugueses ao longo da segunda metade do século XV e toda a centúria seguinte traduz uma nítida vontade de criar elos visuais que evidenciassem a ligação entre os premiados e as insígnias régias.⁴⁵ O que constituía mais uma forma de reforçar a ideia de comunhão entre o rei e a nobreza ou, vendo por outro ângulo, a premência da componente de serviço à Coroa como eixo central do novo ideal nobiliário. Com esta conjugação de elementos antigos e novos, as armas de Duarte Coelho transmitem bem a intervenção da Coroa na construção da imagem de uma nobreza que, sem repudiar a vetustez de um passado porventura glorioso, pretende projectar-se no futuro por via do serviço ao rei no empreendimento ultramarino. Não apenas nos campos de batalha do Norte de África ou da Ásia, mas também, a partir do reinado de D. João III, na obra colonizadora do Brasil.

A identificação da iluminura do armorial de Brás Pereira Brandão é, nesse sentido, significativa: por baixo do nome de Duarte Coelho, consta a especificação “da nova Lusitania”. Tal discriminação transmite o apego a um ideário de refundação do reino nas paragens equatoriais que a Duarte Coelho havia calhado por quinhão. Para as quais ele procurou transplantar um modelo cultural em que, sempre sob invocação de uma dimensão religiosa dominada pelo ideal de missão e de combate ao “infiel”, se fundiam as tradições cavaleirescas medievais com a herança clássica reinterpretada.⁴⁶ Afinal, é essa mesma a mensagem que as suas armas acabam por transmitir, numa fusão de elementos prístinos com outros alusivos aos novos domínios, sob o enquadramento da bordadura que mimetizava a das armas reais. Daí resultava o emblema visual do projecto de Nova Lusitânia concebido por Duarte Coelho, como consta da própria carta de armas datada de 1545, que cita os “muitos e leaes serviços que duarte coelho fidalgo da minha

45 Sobre esse fenómeno de mimetismo da heráldica régia por parte da nobreza, observável desde o século XIII, veja-se Miguel Metelo de Seixas; João António Portugal, “À sombra dos príncipes. A heráldica dos Sosas no mosteiro de Santa Maria da Vitória da Batalha”, In: Pedro Redol; Saul António Gomes (Coord.), *A Capela dos Sosas no Mosteiro da Batalha*. Batalha: Município da Batalha, 2012, p. 27-63.

46 Evaldo Cabral de Mello, *Um imenso Portugal. História e historiografia*. São Paulo: Editora 34, 2002, p. 70-71. Este autor refere a cultura literária que transparece da correspondência de Duarte Coelho, abrangente de obras clássicas como de romances de cavalaria; o nome da cidade de Olinda proviria aliás da heroína homónima do romance de cavalaria *Amadis de Gaula*.

casa tem feitos nas partes da jmdia homde seruido muito tempo na gerra que sempre teinho contra os mouros e enfiees como na capitania de fernão buço da nova lusytania no brasyll homde elle ora por meu mandado he capitão e governador”.⁴⁷

De modo geral, verificava-se na heráldica da nobreza envolvida na expansão ultramarina um apego às figuras tradicionais, que correspondia à natureza predominantemente militar e cavaleiresca dos feitos aludidos nas cartas de armas – a par com a menção sistemática dos serviços prestados à Coroa –. Daí também a preponderância notória do território norte-africano como palco propício para tais feitos: esse era por excelência o campo de combate contra o infiel, de olhos postos na prossecução do ideal de cruzada.⁴⁸ Tal ligação formal e espiritual permitia estabelecer um elo, real ou imaginário em termos genealógicos, com a noção de antiguidade e perpetuação das linhagens, importante elemento da mentalidade nobiliárquica. E plasmava-se, outrossim, na construção de uma gesta própria, de feição acentuadamente cavaleiresca, baseada nos relatos heróicos de natureza histórica ou mítica.

A Coroa portuguesa procurou, aliás, transplantar a mesma lógica para algumas organizações sociopolíticas com que se deparou no ultramar. Assim, logo com D. João II foram atribuídas armas a “Bemoym, Principe Negro do Regno de Gelof” (Figura 3), constituídas pela conjugação de dois elementos simbólicos bem expressivos: a cruz e as quinas.⁴⁹ (Figura 4) Mais impressionante, ainda, foi a concessão de armas ao rei D. Afonso I do Congo, nas quais se trasladavam todos os elementos simbólicos e lendários referentes a Ourique e ao ideal de cruzada, ousadamente transposto para a África equatorial.⁵⁰ A aculturação heráldica então tentada – e bem-sucedida no caso das insígnias reais congolenses, que se manteriam em uso até ao século XX – compreendeu também o envio de 20 cartas de armas para o soberano africano poder instituir

47 Apud Freire, *Armarias...*, p. 146.

48 Em nítido contraste com o que se passava na vizinha monarquia espanhola, na qual as figuras expressivas da “americanidade” constituíram presença expressiva na heráldica tanto dos conquistadores desses territórios, como das respectivas elites nativas, incorporadas na governação. Cf. Carlos López-Fanjull de Argüelles, “Las armerías de los conquistadores de Indias”, *Historia y Genealogía*, n.º 4, 2014, p. 151-178; Idem, “La imaginación heráldica en la España del siglo XVI. Las armerías de los caciques y los muebles americanos”, *Historia y Genealogía*, n.º 5, 2015, p. 229-266.

49 Garcia de Resende menciona a cerimónia de atribuição de armas quando o próprio rei D. João II armou Bemoim cavaleiro; estas consistiam em uma “Cruz dourada em campo vermelho, e as quinas de Portugal na bordadura”. Garcia de Resende, *Crónica de D. João II e Miscelânea*. Lisboa: INCM, 1991, p. 116. A primeira representação conhecida destas armas (aliás presença extremamente rara nos armoriais, devido à sua efêmera existência) consta do referido *Livro Darmas da nobreza fidalgia do Reino de purtugal*, a fl. 95 bis.

50 Veja-se, por todos, Maria de Lurdes Rosa, “Velhos, novos e imutáveis sagrados... Um olhar antropológico sobre formas “religiosas” de percepção e interpretação da conquista africana (1415-1521)”. *Lusitania Sacra*, n.º 18, 2006, p. 19-36.

– e controlar – no seu reino uma representação heráldica da nobreza, a par com os respectivos títulos.⁵¹ É significativo que as armas novas do soberano congolês convertido ao Cristianismo tenham sido incluídas nos capítulos do *Livro do Armeiro-mor* e do *Livro da Nobreza e Perfeição das Armas* dedicados à heráldica – real e imaginária, como se viu – de todos os reinos existentes no mundo: ao incluir tais insígnias, os compiladores integravam neste rol um reino que se assumia como subsidiário da Coroa portuguesa, a qual assim reforçava a sua dimensão imperial.

Caso peculiar foi o de Duarte Pacheco Pereira. Nos territórios descobertos, os portugueses não encontraram sistemas emblemáticos semelhantes à heráldica europeia – com a possível exclusão dos *mon* japoneses –, mas aplicaram por vezes a noção de que aqueles a quem era reconhecida a dignidade de soberano deviam ter o poder de outorgar armas. Assim, a Duarte Pacheco Pereira foram concedidas armas novas pelo rei de Cochim, depois reconhecidas em Portugal. (Figura 5) Tais armas organizavam-se em tudo consoante os princípios aplicados à heráldica dos beneficiários de cartas de brasão de armas por feitos praticados no ultramar: o escudo compreendia cinco coroas e uma bordadura carregada de castelos colocados sobre navios e ondas, sendo rodeado por seis bandeiras sotopostas.⁵² Além da alusão aos feitos ultramarinos, o impacto visual das armas produzia uma óbvia emulação das armas reais portuguesas, num fenómeno de mimetismo visual semelhante ao observado no caso das armas de Duarte Coelho, capitão-donatário de Pernambuco.

O conjunto das armas assim distinguidas com elementos referentes ao ultramar transparece nos dois citados grandes armoriais quinhentistas: elas encontram-se dispersas pelos códices, proporcionando, até do ponto de vista visual, uma fusão entre as insígnias antigas e as novas. Estes armoriais espelham destarte a fusão entre velha e nova aristocracia no cadinho do ideal nobiliárquico ligado ao serviço da Coroa, operado em grande parte nos domínios ultramarinos. E confirmam, em simultâneo com a sala dos brasões do paço real de Sintra, uma hierarquia nobiliárquica baseada precisamente no ideal de serviço do rei.⁵³

Valor diferente teriam, porém, tais armas no anterior *Livro Antigo dos Reis de Armas*, visto que era neste códice que o rei de armas Portugal tinha obrigação de registar e iluminar todas as armas novamente concedidas ou aumentadas pelo soberano. Deste modo,

51 Cf. Miguel Metelo de Seixas. “As armas do rei do Congo”. In *Os Descobrimentos e a Expansão Portuguesa no Mundo*. Lisboa: Universidade Lusíada, 1996, p. 330 e 334.

52 Armando de Mattos. *As “armas-novas” de Duarte Pacheco Pereira*. Coimbra: Coimbra Editora, 1936. Note-se que as armas vieram a ser efectivamente usadas por alguns descendentes do armígero, que obtiveram a competente carta de brasão passada pelo rei de armas Portugal.

53 Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra* (introdução de Luís de Bivar Guerra). Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1973, vol. I, p. 39.

longe do processo de fusão simbólica e visual proporcionado pelos armoriais quinhentistas, o *Livro Antigo* constituiria um repositório directo e exclusivo da heráldica deferida em nome do rei de Portugal, na qual os elementos ultramarinos ganhariam presença mais intensa. Embora não se conheça cópia expressa do *Livro Antigo*, tem-se notícia de outra obra, *Livro Darmas da nobreza fidalgia do Reino de purtugal*, coligida e iluminada por Brás Pereira Brandão e depois pelo seu sobrinho-neto Brás Pereira de Miranda com base no armorial que se guardava na guarda-roupa dos reis de Portugal.⁵⁴ Pelo que transparece da parte copiada pelo primeiro compilador, verifica-se que uma sequência inteira do códice corresponde às armas sucessivamente concedidas pelos soberanos portugueses entre a segunda metade do século XV e o princípio do seguinte, pelo que se pode deduzir que o *Livro da Guarda-roupa* deveria ser parcialmente constituído por uma cópia do *Livro Antigo*, entretanto acrescentada com outro tipo de armas. Na sequência das armas concedidas, cada desenho é acompanhado de uma explicação circunstanciada dos feitos que estiveram na sua origem, e, por vezes, até de uma explicação simbólica das figuras heráldicas.

Mas o armorial de Brás Pereira Brandão pode, outrossim, ser considerado como parte de uma inflexão na produção de obras heráldicas e servir de indício para uma visão mais ampla, reveladora de tensões que, ao longo de todo a Idade Moderna, percorreram a produção heráldica portuguesa. Com efeito, há notícia de outras obras coevas igualmente reunidas sem interferência do poder régio, como o *Livro do Senhor Dom Duarte*, de que subsistem diversas cópias;⁵⁵ o *Livro dos Braçoens das Familias deste Reyno, com suas origens* coligido por D. António de Ataíde, segundo conde da Castanheira;⁵⁶ e a colectânea de *Blasones* de

54 O códice em causa tem por título completo *Livro Darmas da nobreza fidalgia do Reino de purtugal. tirado do lyvro que os Reis de purtugal tem na sua guarda Roupa por braz pereira brandam com muita verdade. e asy otras Armas que vieram a sua noticia e achou em musteiros em sepulturas Antigas como se veran de lynagens que ya non a memoria delas. começa primeiro nas ensinias e armas das cidades episcopais do Reino nam tem blasõ pola antiguidade ou por descuido dos cronistas e Reis nam serem disto coryosos.* Martim de Albuquerque realizou a sua análise codicológica da obra, concluindo que ela foi parcialmente copiada do *Livro da guarda-roupa dos reis*. Este armorial manteve-se sempre na posse da família dos condes de Alcáçovas, desconhecendo-se, contudo, o seu paradeiro actual. Foi possível consultar uma sua reprodução na posse de Martim de Albuquerque, a quem se agradece a gentileza de ter permitido a respectiva consulta; os agradecimentos são extensivos a João Portugal, a quem se deve a notícia da existência desta reprodução e as diligências efectuadas para a compulsar e reproduzir, com autorização do seu proprietário. Cf. Martim de Albuquerque, *A expressão do poder em Luís de Camões*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1988, p. 66-70.

55 Nomeadamente na Torre do Tombo, na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa e na Biblioteca Pública Municipal do Porto.

56 D. Antonio Caetano de Sousa, “Apparato à Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa”, in *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa, desde a sua origem até o presente, com as Familias illustres, que procedem dos Reys, e dos Serenissimos Duques de Bragança, justificada com instrumentos, e Escritores de inviolavel fé, e offerecida a el-Rey D. Joaõ V. Nosso Senhor*. Lisboa Occidental: Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real, 1735, tomo I, p. LI.

Jorge de Montemor ou Montemayor.⁵⁷ A partir de meados do século XVI, portanto, a iniciativa de produção de textos heráldicos deixara de ser um exclusivo de oficiais de armas.

O que estaria subjacente à iniciativa e necessidade de produzir tais obras heráldicas “privadas”, isto é, fora da alçada dos oficiais de armas? Uma possível resposta pode apontar para a reacção às normas que haviam sido postas em vigor com voluntariosa intervenção da Coroa desde os tempos de D. Afonso V, culminando com a legislação manuelina. Assim, as obras heráldicas compiladas à margem da autoridade dos oficiais de armas surgiam com uma inesperada caracterização de movimento paralelo perante a tentativa de transformar a armaria num instrumento ao serviço dos desígnios da Coroa. À luz dessa perspectiva, poderão compreender-se os tópicos e momentos de polémica agudizada logo em finais do século XVI, em redor do papel assumido pelos particulares na ideia de conservação da memória, fora das instituições estatais, nomeadamente do Juízo da Nobreza.⁵⁸ A partir de então, os reflexos ultramarinos na heráldica da nobreza portuguesa perpetuar-se-ão nos armoriais sucessivamente compilados quer no âmbito dos oficiais da Coroa, quer no de particulares.⁵⁹

Ausentes dos armoriais quinhentistas estavam contudo as armas dos próprios territórios descobertos, conquistados ou colonizados pela Coroa portuguesa, com a excepção já aludida do reino do Congo. Tal ausência pode espantar. Tanto mais que se situa em nítida oposição com o que se passava na vizinha América espanhola, na qual abundaram as concessões de armas a cidades – quer existentes antes da conquista, quer fundadas pelos espanhóis – por parte de Carlos V e Filipe II.⁶⁰

As razões desta ausência radicam em primeiro lugar na falta de tradição de concessão de armas municipais pela Coroa portuguesa, ao contrário do que se passava noutras monarquias europeias. Em Portugal, as armas municipais eram assumidas e modificadas por iniciativa das próprias câmaras, mesmo quando estas se limitavam porventura a copiar as insígnias dos seus eventuais senhores – régios, eclesiásticos ou nobres.⁶¹ Quando se verificou a expansão ultramarina, este esquema foi parcialmente transposto para os novos territórios: nos primeiros tempos, quando a presença portuguesa se limitava à costa noroeste africana e aos arquipélagos atlânticos, a emblemática aí presente tendeu a repetir respectivamente o tema das armas reais – com as variações dos ramos

57 Sousa, “Apparato”..., p. CLIV.

58 Figueirôa-Rêgo, *Reflexos de um poder...*, *passim*.

59 Cf. Seixas, “Qual pedra íman...”, p. 357-413.

60 Teodoro Amerlinck, “Heráldica municipal en la Nueva España durante el siglo XVI”, in Faustino Menéndez Pidal (ed.), *Las armerías en Europa al comenzar la Edad Moderna y su proyección al Nuevo Mundo*. Madrid: Dirección de Archivos Estatales, 1993, p. 19-30.

61 Seixas, *Heráldica, representação do poder...*, p. 189-222.

secundogénitos – e o da cruz da Ordem de Cristo. À medida que a Coroa se foi apropriando integralmente do empreendimento expansionista, as armas e empresas régias sobrepuseram-se aos demais sinais. Quando se verificou a detenção conjunta do governo do reino e do da Ordem de Cristo na pessoa de D. Manuel I, depois transformada em integração definitiva por seu filho D. João III, a tríade armas reais – empresa régia (para ambos estes monarcas, a esfera armilar) – cruz da Ordem de Cristo tornou-se dominante, quando não exclusiva, nos territórios ultramarinos portugueses.

Na própria heráldica régia, existira previamente um momento crucial de hesitação quanto à sua morfologia e semiótica: nas primeiras cortes que mandou reunir, D. João II pôs à discussão a reforma das armas reais.⁶² Entre 1482 e 1485, tal debate prolongou-se no conselho régio; como apontam as memórias de Álvaro Lopes de Chaves, secretário do rei, um dos temas debatidos consistiu em saber se D. João II deveria assumir o título de rei da Guiné e as respectivas armas. Chegou-se à conclusão que tal não seria conveniente e que o soberano deveria “somente tomar o título de senhor de Guine sem armas della nem dalem maar e que fiquasse pera se alguma uez passasse alem e tomasse algum outro lugar que entam pareçeria mais honesto tomar armas della com o título que tinha”.⁶³ O que seria então considerado “honesto”? Dentro da mentalidade heráldica coeva e das práticas simbólicas de conquista, haveria que tomar título e armas de reinos já existentes e que passassem a submeter-se à autoridade do rei de Portugal: o “além” do memorialista deveria consubstanciar velhos sonhos de cruzada, referindo-se porventura aos reinos de Marrocos, Jerusalém ou Índia, todos eles dotados de heráldica consagrada pelos armoriais medievais. Certo é que a decisão tomada em 1485 por D. João II teve repercussões fulcrais para a heráldica régia portuguesa: ao contrário das restantes congêneres europeias, esta ateu-se a um brasão fixo, evitando variar em função da acumulação de territórios. Na verdade, as armas reais portuguesas mantiveram-se incólumes, salvo variações de estilo e nos ornamentos exteriores, perpetuando-se até à actualidade.⁶⁴ Desta forma, a heráldica da monarquia portuguesa, ao contrário da maior parte dos Estados europeus, não assumiu um carácter territorial nem primordialmente dinástico, mas antes institucional, representativo da noção abstracta de Coroa.

62 Para a questão da reforma das armas reais por D. João II, veja-se Miguel Metelo de Seixas, “Art et héraldique au service de la représentation du pouvoir sous Jean II de Portugal (1481-1495)”, in Matteo Ferrari (Coord.), *L’Arme Segreta. Araldica e Storia dell’Arte nel Medioevo (secoli XIII-XV)*. Firenze: Le Lettere, 2015, p. 285-309.

63 Álvaro Lopes de Chaves, *Livro de Apontamentos (1438-1489). Códice 443 da Coleção Pombalina da B. N. L.* (introdução e transcrição de Anastácia Mestrinho Salgado e Abílio José Salgado). Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1983, p. 258.

64 Miguel Metelo de Seixas, “El simbolismo del territorio en la heráldica regia portuguesa. En torno a las armas del Reino Unido de Portugal, Brasil y Algarves”, *Emblemata. Revista Aragonesa de Emblemática*, vol. XVI, 2010, p. 285-330.

Dentro deste quadro, compreende-se a escassez da heráldica própria de instituições e territórios ultramarinos, aliás compaginável com a centralização do poder régio, tão precoce e pujante no reino de Portugal. Terá também contribuído para esse efeito a ausência de tradição de corpos intermédios na monarquia portuguesa: entre os municípios e o rei, nenhum outro órgão de soberania se interpunha. Na verdade, é preciso esperar pelo século XVII para que os armoriais portugueses comecem a dar conta de alguma heráldica própria dos domínios ultramarinos, toda ela de carácter municipal.

A sua primeira manifestação ocorre cerca de 1630, pela pena do padre António Soares de Albergaria.⁶⁵ Este concebe uma obra heráldica ímpar: tratava-se não só de coligir as armas de todas as entidades conhecidas, mas também de explicitar o seu conteúdo simbólico, integrando-as num sistema de valores simbólicos definidos, especificando outrossim a análise para cada caso concreto. Projecto vastíssimo, portanto. E inovador. Infelizmente, Soares de Albergaria não chegou a publicar a sua obra monumental – apenas editou um volume de gravuras e uma resposta às objecções que este terá motivado –, mas sobreviveram diversos códices que funcionavam como copiadores. Por eles se vê que o autor entendia a heráldica como uma representação honorífica pela qual as entidades assumiam e exibiam uma identidade pública, demonstrativa do papel que lhes cabia na ordem política e social, e que servia também para a manutenção da memória dessas entidades – recordação de feitos ou de características idiossincráticas.

Na verdade, ao armorial de Soares de Albergaria subjaz a ideia de que todas as entidades que haviam participado ou participavam na construção da monarquia portuguesa deviam exprimir o seu contributo por uma manifestação simbólica, ou seja, pelas respectivas armas – daí todos os tipos de heráldica presentes: de família, dinástica, de Estado, eclesiástica, universitária, corporativa, militar, municipal –. Esta última revelava-se portanto ilustrativa da individualidade de cada concelho e demonstrativa do contributo que cada um dera para a edificação da monarquia, assim como do valor do esforço de todos os municípios para o mesmo fim. Por isso se justificava a inserção de alguns municípios ultramarinos no seio da rubrica “Insígnias das Cidades de Portugal”: as Ilhas atlânticas – Funchal, com pães e canas de açúcar; Ilha de São Miguel, com recurso ao arcanjo padroeiro –⁶⁶; Goa – escudo com a torre e a roda de Santa Catarina encimada por uma mitra e

65 Para a caracterização das obras de Soares de Albergaria, veja-se Seixas, *Heráldica, representação do poder...*, p. 342-348.

66 As armas do Funchal merecem a seguinte descrição: “sinco paens dasucar em quina com huma cana ao pé”; ao passo que as da Ilha de São Miguel vêm apenas desenhadas, sem qualquer descrição, vendo-se um escudo com a imagem do arcanjo com uma balança na mão esquerda e uma lança na direita, cravada num dragão que está a espezinhar, tudo assente num cômodo. António Soares Albergaria, *Armario – Nobreza Uniuersal de Portugal*. BNL Cód. 1118, fl. 304v-306v.

cruz pontifical, alusivas ao dia da sua tomada e à sua qualidade de primaz –⁶⁷; Malaca – escudo com um junco encimado por uma chave, tendo por timbre um tigre.⁶⁸

Deste modo, Soares de Albergaria dá a conhecer certas armas ultramarinas porque elas eram efectivamente usadas pelos municípios – dimensão administrativa –, mas também porque se inscreviam de forma explícita na memória colectiva da monarquia portuguesa (importância simbólica de Goa, centro político e religioso dos domínios portugueses na – Ásia e na costa oriental africana, e de Malaca, assinalada como chave estratégica para o controle do Índico.

O período em torno da época da Restauração da independência em 1640 coincide com um inédito interesse pela heráldica municipal.⁶⁹ É então que se difundem as séries iconográficas das armas das cidades do reino, logo seguidas pelas tentativas de compilação das armas das principais vilas. Nesse âmbito, é interessante notar que as abordagens mais ricas consistem provavelmente nos trabalhos dedicados por dois magistrados: João Pinto Ribeiro⁷⁰ e Cristóvão Alão de Morais.⁷¹ O primeiro evidenciou as formas de inserção da simbólica do poder municipal na doutrina política da época. O segundo procurou formar o *corpus* das manifestações heráldicas desse mesmo poder. Ambos se moveram no claro intuito de construção de um edifício político em que a soberania, embora nominalmente detida de forma absoluta pelo príncipe, assentava sobre a ideia da composição de diversos corpos históricos unidos sob a égide da Coroa. Entre os quais os municípios desempenhavam um papel de primeira instância, quer quanto à parcela residual de soberania que neles residia – e que não relevava do poder régio, ao qual se submetiam de forma voluntária, reiterada em certos momentos e rituais de consagração –, quer quanto à administração efectiva do território. Não espanta, por isso, que o mais completo armorial autárquico do Antigo Regime tenha saído da pena de um magistrado restauracionista.

67 São apontadas duas versões diferentes: “Goa tem por Armas huma Roda de Santa Catarina e a Santa por timbre porque se ganhou no seu dia. [...] A cidade de Goa tem por armas huma torre com huma roda de Santa Caterina e por cima da torre huma Mitra e a Crus pontifical, por ser ella a Metropoli, e Primas de todo o Oriente”. *Ibidem*, fl. 307v-308.

68 “A Cidade de Malaca tem por armas hum iunco que he serto genero de embarcação, com huma chave e por remate hum tigre, animal proprio daquela terra: a chauce senifica selo ella de todo o Sul”. *Ibidem*, fl. 308. O tema do junco aparece de facto no *dinheiro* português cunhado em Malaca no reinado de D. Sebastião. Alberto Gomes; António Miguel Trigueiros, *Moedas portuguesas na época dos Descobrimentos*. Lisboa: Edição do Autor, 1992, p. 214.

69 Cfr. Miguel Metelo de Seixas, *Heráldica, representação do poder...*, maxime p. 385-390.

70 Cf. Miguel Metelo de Seixas, “João Pinto Ribeiro e a vexilologia municipal portuguesa. Em torno de uma polémica seiscentista”. *Revista Lusófona de Genealogia e Heráldica*, n. 1, 2006, p. 189-206.

71 Cristóvão Alão de Morais, *Compendio das Armas...*

O evento da Restauração de 1640 assumiu-se, na realidade, como um momento de reconstrução e de reequilíbrio de forças entre os diversos corpos que compunham a monarquia. Da mesma forma que se debateu a rivalidade entre a pena e a espada – o mesmo é dizer entre um conceito de nobreza sempre ao serviço da Coroa, porém por via essencialmente militar ou, em oposição, por via jurídica, administrativa, cultural – também se questionou o contributo relativo das diversas instituições e camadas sociais que se esforçavam – no passado, no presente e no futuro – para a edificação, defesa, manutenção e expansão do edifício conjunto da monarquia. Cujo fundamento era, precisamente, de natureza contratualista, pois residia num pacto entre o soberano e as diversas instâncias de representação do povo, ou seja, da república.⁷² Nesse equilíbrio multifacetado, os municípios exerciam um papel de relevo, que diversos autores apresentavam como manifestação imemorial da soberania e da administração do território. E era nesse mesmo pacto que os letrados, por sua vez, reivindicavam e ocupavam um papel cada vez mais destacado como agentes de ligação das forças em presença com os organismos ao serviço da Coroa. O armorial autárquico de Cristóvão Alão de Morais espelha, pois, essa dúplice construção cultural e política. No que se refere ao ultramar, Alão de Morais inclui as armas de duas cidades dos arquipélagos atlânticos (Angra e Funchal)⁷³ e, pela primeira vez, as de uma cidade do Brasil. Trata-se da heráldica atribuída à cidade capital de São Salvador da Bahia: “A Bahia de todos os Santos no Estado do Brasil Tem por blasão em campo verde pomba branca com hum raminho de Oliveira com tres folhas nelle”.⁷⁴ (Figura 6)

A razão para que as armas soteropolitanas fossem incluídas no armorial municipal de Alão de Morais coincide com a que ditara a inserção das de Goa e de Malaca nos armoriais anteriores: na sequência da restauração da Bahia face aos conquistadores holandeses e do papel central que desempenhava como sede da autoridade régia delegada sobre o conjunto dos territórios americanos, a cidade do Salvador ganhara lédima inscrição no registo epopeico da monarquia. Não apenas da monarquia portuguesa, note-se, mas da monarquia hispânica: no Palácio Régio de Buen Retiro, a sala de aparato, dita *de los reinos*, apresentava de um lado o ciclo dos trabalhos de Hércules – por Zurbaran –, e do outro os momentos heróicos da rendição de Breda – por Velázquez – e da restauração da Bahia – por Maino.⁷⁵ Tal como sucedera quando do debate em torno da reconfiguração das armas reais no reinado de D. João II, o princípio da *honestidade* ditava a possibilidade de determinadas armas

72 Veja-se o estado da questão em António Pedro Barbas Homem, “O estudo da cultura política portuguesa da Idade Moderna”, In: Francisco José Aranda Pérez; José Damião Rodrigues (Ed.), *De Re Publica Hispaniae. Una vindicación de la cultura política en los reinos ibéricos en la primera modernidade*. Madrid: Sílex, 2008, p. 99-126.

73 Cristóvão Alão de Morais, *Compendio das Armas...*, fl. 27 e 41.

74 *Ibid.*, fl. 30.

75 Gérard Sabatier, “Le palais d’Etat en Europe”, In: Marie-France Auzépy; Joël Cornette (Dir.), *Palais et pouvoir. De Constantinople à Versailles*. Vincennes : Presses Universitaires de Vincennes, 2003, p. 97.

se inscreverem nos armoriais como representativas do contributo que cada corpo assim representado prestava para o edifício comum e compósito da monarquia. Bem ao gosto da época, privilegiava-se a expressão dessa heráldica por meio de uma série de meios artísticos e literários, interligados entre si pela referência comum aos elementos compositivos do brasão e às ligações *engenhosas* que eles permitiam estabelecer.⁷⁶

A própria natureza das armas soteropolitanas é, nesse sentido, reveladora de um ponto de viragem no entendimento da heráldica. Ao contrário do que se tem vindo a observar até aqui, as figuras das armas de Salvador não se inspiraram nem no repertório heráldico tradicional, nem na integração ou *heraldização* de elementos exóticos alusivos aos domínios ultramarinos. A escolha da pomba carregando um ramo de oliveira remetia explicitamente para uma inspiração bíblica, com forte carga simbólica e política, reforçada pela presença da legenda *Sic illa ad Arcam reversa est*. Com efeito, ao invés de figurar determinado feito militar, geralmente consubstanciado na vitória sobre um inimigo, o sinal escolhido pretendia simbolizar a ideia de refundação do reino no território americano, dando continuidade ao projecto da Nova Lusitânia gerado em meados do século XVI pelo capitão-donatário Duarte Coelho. No último quartel do mesmo século, Gabriel Soares de Sousa já se referia às armas soteropolitanas, relacionando-as com a posse de D. Duarte da Costa como segundo governador-geral do Brasil: “desembarcou na Cidade do Salvador, nome que S. A. lhe mandou pôr; e lhe deu por armas uma pomba branca em campo verde, com um rolo à roda branco, com letras de ouro que dizem *Sic illa ad Arcam reversa est*, e a pomba tem três folhas de oliva no bico”.⁷⁷ Observa-se, portanto, um investimento directo do monarca na elevação da sede do governo central da colónia, traduzido na escolha toponímica e nas características da sua heráldica. Além da excepcionalidade da sua composição de inspiração veterotestamentária, as armas da cidade do Salvador impunham-se também pela absoluta raridade de tais emblemas municipais no Ultramar português. No Brasil, apenas se pode assinalar um outro caso putativo: o da cidade do Rio de Janeiro, que terá adoptado por armas um feixe de setas alusivo ao santo padroeiro – e, porventura, ao rei homónimo –, conjugado com a esfera armilar, esta entendida como emblema próprio dos domínios ultramarinos.⁷⁸

76 Sobre esta relação entre heráldica e literatura no século XVII, com especial incidência na poesia épica, veja-se Yvan Loskoutoff, *L'armorial de Calliope*. Tübingen: Gunter Narr Verlag Tübingen, 2000.

77 Gabriel Soares de Sousa, *Notícia do Brasil* – comentários e notas de Varnhagen, Pirajá da Silva e Edelweiss. São Paulo: Brasiliensia Documenta, 1974, p. 63-64.

78 Faltam contudo estudos documentados que permitam compreender quando foi este escudo assumido pela câmara do Rio de Janeiro; é provável que tal adopção date apenas do período em que a capital do Estado do Brasil foi para aí transferida. Pelo contrário, o domínio holandês sobre o Nordeste brasileiro implantou um verdadeiro sistema de heráldica municipal, a qual porém não teve continuidade directa após a restauração portuguesa. Cf. Evaldo Cabral de Mello, *Imagens do Brasil holandês 1630-1654*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

Não por acaso, a mesma expressão “Nova Lusitânia” foi escolhida por Francisco de Brito Freire para título da obra publicada em 1675, em que relatava a epopeia da guerra que levou à expulsão dos holandeses e ao consequente restabelecimento da autoridade da Coroa de Portugal na totalidade dos seus domínios americanos.⁷⁹ A partir dessa data, como observa Evaldo Cabral de Mello, a designação de “Nova Lusitânia” foi “aplicada, com ânimo literário, a toda a América portuguesa, até a altura do reinado de D. João VI”.⁸⁰ É nesse mesmo sentido que se pode interpretar a escolha da pomba com o ramo de oliveira, que no episódio bíblico do Dilúvio regressa à arca para sinalizar a Noé a redenção do mundo e a perspectiva de uma Nova Aliança, sobre a qual se ergueria uma sociedade reimplantada. Este sinal adaptava-se com justeza à cidade de Salvador, cabeça do Estado do Brasil, ainda mais depois da vitória definitiva sobre as forças invasoras holandesas e francesas. Estas armas municipais foram por isso implantadas em diversas manifestações perenes ou efémeras na cidade de Salvador, com especial aplicação, como é natural, no edifício sede deste organismo: além da indeclinável pedra de armas (Figura 7), também o tecto da sala de sessões exibia as insígnias soteropolitanas em conjugação com a esfera armilar e cruz da Ordem de Cristo, representativas do próprio Estado do Brasil.

O projecto de um armorial universal da monarquia portuguesa concebido por Soares de Albergaria foi também retomado por seu contemporâneo António Coelho, rei de armas Portugal,⁸¹ e depois pelo filho deste, Francisco Coelho, rei de armas Índia.⁸² No armorial coligido por este, intitulado *Thesouro da Nobreza*, abria-se um extenso capítulo sobre as armas das cidades de Portugal, precedido de outro, menos volumoso, intitulado *Armas de algumas Cidades das Conquistas de Portugal*. Este incluía, curiosamente, o reino do Algarve com as suas quatro cidades – Tavira, Lagos, Silves e Faro –; as cidades de Funchal e Goa, a Ilha de São Miguel, tal como em Soares de Albergaria; e ainda a Ilha Terceira.⁸³ Mais interessante, contudo, é a inclusão neste mesmo fólio de um escudo de armas atribuído ao Estado do Brasil constituído por campo de prata com uma árvore encimada por uma cruz, tudo de sua cor.⁸⁴ (Figura 8)

79 Francisco de Brito Freyre, *Nova Lusitania, Historia da Guerra Brasilica a Purissima Alma e Savdosa memoria do Serenissimo Principe Dom Theodozio Principe de Portugal, e Principe do Brasil*. Lisboa: Na Officina de Joam Galram, 1675.

80 Mello, *Um imenso Portugal...*, p. 71.

81 Manuel Artur Norton, *A Heráldica em Portugal...*, vol. III, p. 27-45.

82 Cf. Miguel Metelo de Seixas, *Heráldica, representação do poder...*, p. 361-366.

83 Um escudo com a cruz da Ordem de Cristo ladeada por dois açores. Francisco Coelho, *Tombo das Armas dos Reis e Titulares e de todas as Famílias Nobres do Reino de Portugal intitulado cõ o nome de Thesouro da Nobreza por Francisco Coelho Rey de Armas India*. ANTT, Casa Forte, n.º 169, fl. 10.

84 Facto já referido em Helio Vianna, “O primeiro brasão de armas do Brasil”, *Anuário do Museu Imperial*, 1949, p. 159-160.

Trata-se de um caso curioso em vários sentidos. Antes de mais, por constituir um exemplo de heráldica imaginária. Como se disse atrás, a autoridade régia nos territórios ultramarinos portugueses era invariavelmente representada pela figuração da emblemática real, quer com recurso às armas, quer à empresa da esfera armilar, quer ainda à cruz da Ordem de Cristo. Todas as instituições e indivíduos que agiam em nome do rei faziam assim uso destas insígnias régias como instrumento visual de legitimação e afirmação da sua autoridade, qualquer que fosse a sua dignidade, cargo – vice-rei, governador-geral, governador etc. – ou natureza – câmara municipal, tribunal, comando militar –. Mesmo existindo uma entidade político-administrativa concreta, como era o caso do governo-geral do Brasil, verificava-se a ausência de sinais autónomos, entendendo-se que o governador-geral teria armas individuais – de família –, mas que não as usava para o exercício das suas funções. As armas da árvore com a cruz situavam-se, portanto, no campo da heráldica fantasiosa, pois nunca foram empregadas por qualquer autoridade nos domínios americanos da Coroa portuguesa.

Em segundo lugar, as armas imputadas pelo rei de armas ao Estado do Brasil levam pelas suas características tipológicas. Trata-se, na verdade, de uma criação em que se multiplicam e sobrepõem os possíveis planos interpretativos, indiciando a cultura heráldica do seu criador. Com efeito, a cruz latina constitui alusão evidente à denominação de terra de Santa ou Vera Cruz, com que o novo território fora crismado na altura do descobrimento; ao passo que a árvore pode ser entendida como referência ao pau-brasil, cuja denominação acabou por se sobrepor à primitiva invocação religiosa. Na verdade, em ambos os casos, os antecedentes das imagens eleitas colhem-se na cartografia, na qual a identificação imagética do território português no continente americano era realizada, entre outras, com uma cruz latina ou com uma árvore. A solução da árvore encimada pela cruz funde, portanto, os dois modelos. Com a vantagem de, ao fazê-lo, proceder à remissão de uma toponímia simbolicamente desvalorizada: a substituição da invocação da Cruz pela denominação decorrente de uma simples árvore de interesse comercial – e, para mais, de cor vermelha – não deixara de ser conotada com a influência demoníaca que grassava nos territórios americanos.⁸⁵

Mas o tema da cruz-árvore colhia igualmente as suas raízes numa tradição de heráldica imaginária ibérica.⁸⁶ Gonzalo Argote de Molina, em obra publicada em 1588, atribuiu essa mesma figura ao mítico reino de Sobrarbe, explicando que existia uma comunhão

85 Laura de Mello e Souza, *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; Idem, *Inferno Atlântico: demonologia e colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

86 Para este tema da cruz-árvore na heráldica ibérica, cf. Miguel Metelo de Seixas; João Bernardo Galvão-Telles, “O condestável D. Nun’Álvares e as armas dos Pereiras revisitadas”, in Humberto Nuno de Oliveira et al. (Coord.), *Olhares de hoje sobre uma vida de ontem. D. Nuno Álvares Pereira: homem, herói e santo*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora / Ordem do Carmo em Portugal, 2009, p. 205-217.

da simbólica régia peninsular em torno do modelo da cruz, a que todos os soberanos ibéricos ligavam as suas armas de um modo ou de outro. (Figura 9) Defendia assim o autor a existência de um fundo partilhado por todas as monarquias hispânicas, fundamentado no princípio de cruzada e de expansão da fé cristã, norteador de uma teleologia comum e justificativo da unidade política peninsular finalmente alcançada com Filipe II. Especificamente em Portugal, contudo, o tema heráldico da árvore-cruz ligava-se sobretudo à explicação mítica das armas dos Pereiras, referente ao aparecimento milagroso de uma cruz luminosa sobre uma árvore durante diversas batalhas em que sucessivos membros da estirpe se haviam ilustrado, com especial incidência na do Salado em 1340, em que estivera o prior D. Gonçalo Álvares Pereira, pai do condestável D. Nuno Álvares Pereira, de quem descendiam e eram representantes genealógicos os duques de Bragança e a partir da Restauração, por essa via, os reis de Portugal. Na verdade, a origem mítica da heráldica dos Pereiras foi colocada em paralelo com a das próprias armas reais, na medida em que ambas se fundamentavam no mesmo modelo de aparecimento milagroso que originava a transmissão de um sinal visual – cruz, quinas – pelo qual se tornava patente a dimensão sagrada da linhagem e da missão que lhe fora confiada.

Desta forma, as armas atribuídas ao Estado do Brasil pelo *Thesouro da Nobreza* pretendiam simbolizar as características e a história próprias da entidade representada, mas faziam-no fundamentando-se em outras armas imaginárias já existentes, o que permitia inserir a nova insígnia no âmbito simbólico mais amplo da monarquia portuguesa e da sua tradição emblemática.

Os armoriais portugueses do século XVIII não apresentam qualquer inovação em relação aos da centúria anterior no que respeita à representação do Ultramar. Com uma exceção: em 1741, Pedro de Sousa de Castelo Branco deu à estampa uma versão traduzida dos *Elementos de História* do abade de Vallemont, que procurou adaptar à realidade portuguesa, nomeadamente na parte referente à heráldica.⁸⁷ Para esse efeito, o tradutor incluiu nesse capítulo uma série de gravuras adicionais, abertas por Claude de Rochefort,⁸⁸ entre as quais constavam as armas então usadas pelos viscondes de Asseca.

87 Abade de Vallemont, *Elementos da Historia, ou o que he necessário saberse da Chronologia, da Geografia, do Brazão, da Historia universal, da Igreja do Testamento velho, das Monarchias antigas, da Igreja do Testamento Novo, e das Monarchias novas*. Lisboa Occidental: na Officina de Miguel Rodrigues, Impressor do Eminent. Senhor Card. Patriarcha, 1741. A parte heráldica da obra do abade de Vallemont, na sua versão portuguesa, serviu de base a uma publicação autónoma oitocentista, com algumas modificações, entre as quais a passagem da gravura monocromática para a cromolitografia. Recentemente, esta versão oitocentista foi alvo de uma reedição fac-similada, precedida de um estudo crítico: *Collecção dos Brazões das Familias Illustres de Portugal* (apresentação e estudo de Augusto Ferreira do Amaral), Lisboa: A Nova Ecléctica, 2003.

88 Cfr. Ernesto Soares, *História da Gravura Artística em Portugal*. Lisboa: Livraria Sam Carlos, 1971, vol. II, p. 527-528.

(Figura 10) Dentro do escudo, tais armas seguiam o habitual esquema do esquartelado indicativo das origens genealógicas da família e da representação do seu património vinculado. Mas, fora do escudo, vinha consignada uma novidade. De um lado, um régulo negro, do outro, um cacique índio, assentes sobre um terrado, sustinham o escudo. Assim se aludia aos feitos praticados por Salvador Correia de Sá nos domínios portugueses entre as duas margens do Atlântico, bem como ao perpetuamento desta linhagem naquele que se tinha transformado no eixo central dos domínios portugueses ultramarinos.

Fontes

BRASONÁRIO da Nobreza de Portugal. Manuscrito anónimo do séc. XVII. Lisboa: Edições Moreira & Almeida, 1999. (Estudo introdutório de José Teixeira da Mota).

CHAVES, Álvaro Lopes de. *Livro de Apontamentos (1438-1489). Códice 443 da Coleção Pombalina da B. N. L.* Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1983. (Introdução e transcrição de Anastácia Mestrinho Salgado e Abílio José Salgado).

FREYRE, Francisco de Brito. *Nova Lusitania, Historia da Guerra Brasilica a Purissima Alma e Savdosa memoria do Serenissimo Principe Dom Theodozio Principe de Portugal, e Principe do Brasil.* Lisboa: Na Officina de Joam Galram, 1675.

GODINHO, António. *Livro da nobreza e perfeçam das armas.* Lisboa: Edições Inapa, 1987. (Introdução, notas, direcção artística e gráfica de Martim de Albuquerque e João Paulo de Abreu e Lima).

LIVRO de Arautos. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1977. (estudo codicológico, histórico, literário e linguístico, texto crítico e tradução de Aires Augusto Nascimento).

LIVRO do Armeiro-mor. Lisboa: Academia Portuguesa da História / Edições Inapa, 2000. (Estudo de José Calvão Borges).

LIVRO do Armeiro-mor, organizado e iluminado por Jean du Cros (estudo de António Machado de Faria). Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1956.

MORAIS, Cristóvão Alão de. *Compendio das Armas dos Reynos de Portugal & Algarve & das Cidades e Villas principaes delles* Porto: Caminhos Romanos / Centro Lusíada de Estudos Genealógicos e Heráldicos, 2013. (Edição de Miguel Metelo de Seixas).

RODRIGUES, António. *Tratado Geral de Nobreza*. Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1931. (apresentação de Afonso de Dornelas).

SOUSA, D. Antonio Caetano de. *Apparato à Historia Genealogica da Casa Real Portugueza*. In: *HISTORIA Genealogica da Casa Real Portugueza*, desde a sua origem até o presente, com as Familias illustres, que procedem dos Reys, e dos Serenissimos Duques de Bragança, justificada com instrumentos, e Escritores de inviolavel fé, e offerecida a elRey D. Joãõ V. Nosso Senhor. Lisboa Occidental: Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real, 1735. tomo I, p. I-CCXXXII.

SOUSA, Gabriel Soares de. *Notícia do Brasil*. São Paulo: Brasiliensia Documenta, 1974. (Comentários e notas de Varnhagen, Pirajá da Silva e Edelweiss)

VALLEMONT, Abade de. *Elementos da Historia, ou o que he necessário saberse da Chronologia, da Geografia, do Brazão, da Historia universal, da Igreja do Testamento velho, das Monarchias antigas, da Igreja do Testamento Novo, e das Monarchias novas*. Lisboa Occidental: na Officina de Miguel Rodrigues, Impressor do Eminent. Senhor Card. Patriarcha, 1741.

VELHO, António José Vaz. *Tesouro Heráldico de Portugal*. Lisboa: Gabinete de Estudos Heráldicos e Genealógicos, 1958-1963. (Edição de Luís Stubbs Monteiro Bandeira).

Referências

ALBUQUERQUE, Martim de. *A expressão do poder em Luís de Camões*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1988.

AMERLINCK, Teodoro. Heráldica municipal en la Nueva España durante el siglo XVI. In: MENÉNDEZ PIDAL, Faustino (Ed.). *Las armerías en Europa al comenzar la Edad Moderna y su proyección al Nuevo Mundo*. Madrid: Dirección de Archivos Estatales, 1993, p. 19-30.

AZEVEDO, Francisco de Simas Alves de. Armas de Castela e Leão em concessões heráldicas portuguesas. *Hoja Informativa de la Academia Internacional de Genealogia y Heráldica*, [S.l.], n. 188, p. 1-2, 1962.

AZEVEDO, Francisco de Simas Alves de. *Uma interpretação histórico-cultural do Livro do Armeiro-Mor. Fastos significativos da História da Europa reflectidos num armorial português do século XVI*. Lisboa: Edição de Francisco Alberto d'Almeida Alves de Azevedo, 1966.

BORGES, J. G. Calvão. A Armaria em Portugal e na Cultura Portuguesa. In REDONDO VEINTEMILLAS, Guillermo (Ed.). *Actas del I Congreso Internacional de Emblemática General*. Zaragoza: Institución «Fernando el Católico», 2004. v. II, p. 983-1011.

BRAULT, Gerard J. *Early blazon: Heraldic terminology in the twelfth and thirteenth centuries with special reference to arthurian heraldry*. Woodbridge: The Boydell Press, 1997.

BORGES, Maria de Lourdes Calvão; BORGES, J. G. Calvão. Estudos de Heráldica Portuguesa – I – O Armorial das Conquistas e Descobrimentos e o Armorial da Távola Redonda. *Armas e Troféus*, VI série, tomo I, n. 1- 2-3, 1987/1988, p. 5-28.

BOUDREAU, Claire. Les hérauts d'armes et leurs écrits face à l'histoire: enquête sur la diffusion du mythe des origines de leur office (XIVe – XVIIe siècles). In: *L'IDENTITÀ genealogica e araldica: fonti, metodologia, interdisciplinarità, prospettive*. Roma: Ministero per i Beni Artistici e Culturali, 2000. v. I, p. 453-476.

BOUDREAU, Claire. *L'Héritage symbolique des hérauts d'armes: dictionnaire encyclopédique de l'enseignement du blason ancien (XIVe – XVIe siècles)*. Paris: Le Léopard d'Or, 2006.

- BOUDREAU, Claire. Messagers, rapporteurs, juges et «voir-disant». Les hérauts d'armes vus par eux-mêmes et par d'autres dans les sources didactiques (XIVe - XVIe siècles). In: INFORMATION et société en Occident à la fin du Moyen Âge. Paris: Publications de la Sorbonne, 2004. p. 233-245.
- BOUDREAU, Claire. Traités de blazon et armoriaux: pédagogie et mémoire. In: HOLTZ, Louis; PASTOUREAU, Michel; LOYAU, Hélène (Ed.). *Les armoriaux médiévaux*. Paris: Le Léopard d'Or, 1997. p. 383-394.
- CABRAL, António Machado de Faria de Pina. *António Soares de Albergaria heráldista do século XVII: subsídios para a história da heráldica portuguesa*. Lisboa: separata de tombo histórico, 1929.
- CABRAL, António Machado de Faria de Pina. Simbolismo heráldico dos descobrimentos e conquistas portuguesas. In: COMUNICACIONES y conclusiones del III Congreso Internacional de Genealogia y Heráldica. Madrid: Instituto Internacional de Genealogia y Heráldica, 1955. p. 361-374.
- FREIRE, Anselmo Braamcamp. *Armaria Portuguesa*. Lisboa: Cota d'Armas, 1989.
- FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra* (introdução de Luís de Bivar Guerra). Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1973.
- GOMES, Alberto; TRIGUEIROS, António Miguel. *Moedas portuguesas na época dos Descobrimentos*. Lisboa: Edição do Autor, 1992.
- GUILLÉN BERRENDERO, José Antonio. *La Edad de la Nobleza: identidad nobiliaria en Castilla y Portugal*. Madrid: Ediciones Polifemo, 2012.
- HOMEM, António Pedro Barbas. O estudo da cultura política portuguesa da Idade Moderna. In ARANDA PÉREZ, Francisco José; RODRIGUES, José Damião (Ed.). *De Re Publica Hispania: una vindicación de la cultura política en los reinos ibéricos en la primera modernidade*. Madrid: Sílex, 2008. p. 99-126.
- LOPES, Carlos da Silva. As conquistas e descobrimentos na heráldica portuguesa do século XVI". *Armas e Troféus*, II série, tomo I, n. 2, p. 107-124, 1960.
- LÓPEZ-FANJULL DE ARGÜELLES, Carlos. Las armerías de los conquistadores de Indias. *Historia y Genealogía*, Córdoba, n. 4, p. 151-178, 2014.
- LÓPEZ-FANJULL DE ARGÜELLES, Carlos. La imaginación heráldica en la España del siglo XVI. Las armerías de los caciques y los muebles americanos. *Historia y Genealogía*, Córdoba, n. 5, p. 229-266, 2015.
- LOSKOUTOFF, Yvan. *L'armorial de Calliope*. Tubingen: Gunter Narr Verlag Tubingen, 2000.
- MATTOS, Armando de. *As «armas-novas» de Duarte Pacheco Pereira*. Coimbra: Coimbra Editora, 1936.
- MELLO, Evaldo Cabral. *Imagens do Brasil holandês 1630-1654*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional próMemória, 1987.

- MELLO, Evaldo Cabral. *Um imenso Portugal: história e historiografia*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- MENÉNDEZ PIDAL, Faustino. *Los emblemas heráldicos: novecientos años de historia*. Sevilla: Real Maestranza de Caballería, 2014.
- MENÉNDEZ PIDAL, Faustino. El origen inglés de las armas de Galicia. In: LEONES y castillos: emblemas heráldicos en España. Madrid: Real Academia de la Historia, 1999, p. 285-300.
- NORTON, Manuel Artur. *A Heráldica em Portugal. 1ª Parte. Livro que trata da origem dos reis e quantos houve em Portugal e como sucederam por António Coelho. 2ª Parte. Correções e Aditamentos*. Lisboa: Dislivro Histórica, 2006, v. III, p. 27-45.
- OLIVEIRA, Humberto Nuno de; SEIXAS, Miguel Metelo de. As armas de D. Vasco da Gama e os acrescentamentos honrosos na heráldica portuguesa dos séculos XV e XVI. *Tabardo*, [S.l.], n. 1, 2002, p. 31-56.
- PARAVICINI, Werner. Signes et couleurs au Concile de Constance: le témoignage d'un héraut d'armes portugais. In: TURRELL, Denise et al. *Signes et couleurs des identités politique: Du Moyen Age à nos jours*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2008. p. 155-188.
- PASTOUREAU, Michel. *Armorial des chevaliers de la Table Ronde. Etude sur l'héraldique imaginaire à la fin du Moyen Age*. Paris: Le Léopard d'Or, 2006.
- PASTOUREAU, Michel. L'historien et les traités du blason (XIVe – XXe siècles). In: HARMIGNIES, Roger (Ed.). *Sources de l'héraldique en Europe Occidentale*. Bruxelles: Académie Internationale d'Héraldique / Archives Générales du Royaume, 1985. p. 129-139.
- FIGUEIRÔA-RÊGO, João de. *Reflexos de um poder discreto*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, 2008.
- ROSA, Maria de Lurdes. Velhos, novos e imutáveis sagrados... Um olhar antropológico sobre formas «religiosas» de percepção e interpretação da conquista africana (1415-1521). *Lusitania Sacra*, [S.l.], p. 13-85, n. 18, 2006.
- SABATIER, Gérard. Le palais d'Etat en Europe. In: AUZÉPY, Marie-France; CORNETTE, Joël (Dir.). *Palais et pouvoir: De Constantinople à Versailles*. Vincennes: Presses Universitaires de Vincennes, 2003.
- SÃO PAYO, Conde de. *Do Direito Heraldico Português: ensaio historico juridico*. Lisboa: centro tipografico colonial, 1927.
- SAVORELLI, Alessandro. Atlanti simbolici dello spazio politico. I portolani e il *Libro del Conocimiento de todos los Reinos*. *Armas e Troféus*, IX série, tomo XVII, 2015.
- SEIXAS, Miguel Metelo de. As armas do rei do Congo. In: OS DESCOBRIMENTOS e a Expansão Portuguesa no Mundo. Lisboa: Universidade Lusíada, 1996, p. 317-346.
- SEIXAS, Miguel Metelo de. Art et héraldique au service de la représentation du pouvoir sous Jean II de Portugal (1481-1495). In: FERRARI, Matteo (Coord.). *L'Arme Segreta. Araldica e Storia dell'Arte nel Medioevo (secoli XIII-XV)*. Firenze: Le Lettere, 2015. p. 285-309.

- SEIXAS, Miguel Metelo de. *Heráldica, representação do poder e memória da nação: o armorial autárquico de Inácio de Vilhena Barbosa*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora, 2011.
- SEIXAS, Miguel Metelo de. As insígnias municipais e os primeiros armoriais portugueses: razões de uma ausência. *Ler História*, Lisboa, n. 58, p. 155-179, 2010.
- SEIXAS, Miguel Metelo de. João Pinto Ribeiro e a vexilologia municipal portuguesa. Em torno de uma polémica seiscentista. *Revista Lusófona de Genealogia e Heráldica*, Porto, n. 1, p. 189-206, 2006.
- SEIXAS, Miguel Metelo de. Qual pedra íman: a matéria heráldica na produção cultural do Antigo Regime. *Lusíada História*, Lisboa, série II, n. 7, p. 357-413, 2010.
- SEIXAS, Miguel Metelo de. Reflexos ultramarinos na heráldica da nobreza de Portugal. In: RODRIGUES, Miguel Jasmins (Coord.). *Pequena nobreza e impérios ibéricos de Antigo Regime*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Centro de História de Além-Mar, Direção Geral de Arquivos, 2012. p. 1-37.
- SEIXAS, Miguel Metelo de. El simbolismo del territorio en la heráldica regia portuguesa. En torno a las armas del Reino Unido de Portugal, Brasil y Algarves. *Emblemata: Revista Aragonesa de Emblemática*, Zaragoza, v. XVI, p. 285-330, 2010.
- SEIXAS, Miguel Metelo de; GALVÃO-TELLES, João Bernardo. “O condestável D. Nun’Álvares e as armas dos Pereiras revisitadas”. In OLIVEIRA, Humberto Nuno de, et al. (coord.). *Olhares de hoje sobre uma vida de ontem. D. Nuno Álvares Pereira: homem, herói e santo*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora / Ordem do Carmo em Portugal, 2009, p. 205-217.
- SEIXAS, Miguel Metelo de; GALVÃO-TELLES, João Bernardo. Elementos de uma cultura visual e dinástica: os sinais heráldicos e emblemáticos do rei D. Duarte. In: BARREIRA, Catarina Fernandes; SEIXAS, Miguel Metelo de (Coord.). *D. Duarte e a sua época: arte, cultura, poder e espiritualidade*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais / Centro Lusíada de Estudos Genealógicos, Heráldicos e Históricos, 2014. p. 257-284.
- SEIXAS, Miguel Metelo de; PORTUGAL, João António. À sombra dos príncipes. A heráldica dos Sosas no mosteiro de Santa Maria da Vitória da Batalha. In: REDOL, Pedro; GOMES, Saul António (Coord.). *A Capela dos Sosas no Mosteiro da Batalha*. Batalha: Município da Batalha, 2012. p. 27-63.
- SOARES, Ernesto. *História da Gravura Artística em Portugal*. Lisboa: Livraria Sam Carlos, 1971.
- SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SOUZA, Laura de Mello e. *Inferno Atlântico: demonologia e colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- VIANNA, Helio. O primeiro brasão de armas do Brasil. *Anuário do Museu Imperial*, Petrópolis, p. 159-160, 1949.

Relação das figuras

Fig. 1 Armas originais da família Gama e as mesmas armas com acrescentamento honroso atribuído a D. Vasco da Gama (António Godinho, “Livro da Nobreza e Perfeçam das Armas dos Reis Christãos e Nobres Linhagens dos Reinos e Senhorios de Portugal”, *Casa Real, Cartório da Nobreza*, liv. 20, fl. 18v, PT/TT/CR/D-A/001/20, imagem cedida pela Torre do Tombo)



Fig. 2 Armas de Duarte Coelho (“Tombo das Armas dos Reis e Titulares e de Todas as Familias Nobres de Portugal intitulado com o Nome de Tesouro de Nobreza”, *Casa Real, Cartório da Nobreza*, liv. 21, fl. 51, PT/TT/CR/D-A/001/21, imagem cedida pela Torre do Tombo)



Fig. 3 Armas do príncipe Bemoin (Livro da nobreza fidalgia do Reino de Portugal de Brás Pereira Brandão, fl. 95 bis)

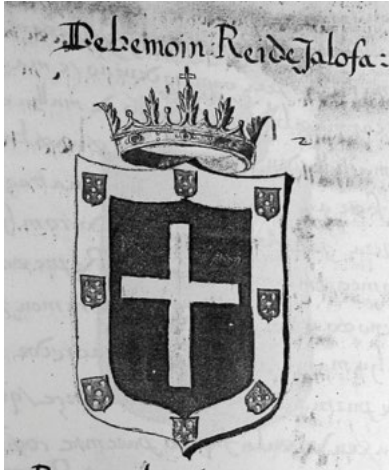


Fig. 4 Armas do Rei de Manicongo (António Godinho, "Livro da Nobreza e Perfeição das Armas dos Reis Christãos e Nobres Linhagens dos Reinos e Senhorios de Portugal", Casa Real, Cartório da Nobreza, liv. 20, fl. 7, PT/TT/CR/D-A/001/20, imagem cedida pela Torre do Tombo)



Fig. 5 Armas de Duarte Pacheco Pereira (“Tombo das Armas dos Reis e Titulares e de Todas as Familias Nobres de Portugal intitulado com o Nome de Tesouro de Nobreza”, *Casa Real, Cartório da Nobreza*, liv. 21, fl. 58, PT/TT/CR/D-A/001/21, imagem cedida pela Torre do Tombo)



Fig. 6 Armas da cidade de São Salvador da Bahia (Cristóvão Alão de Morais, *Compendio das Armas dos Reynos de Portugal & Algarve & das Cidades e Villas principaes delles*, fl. 41)

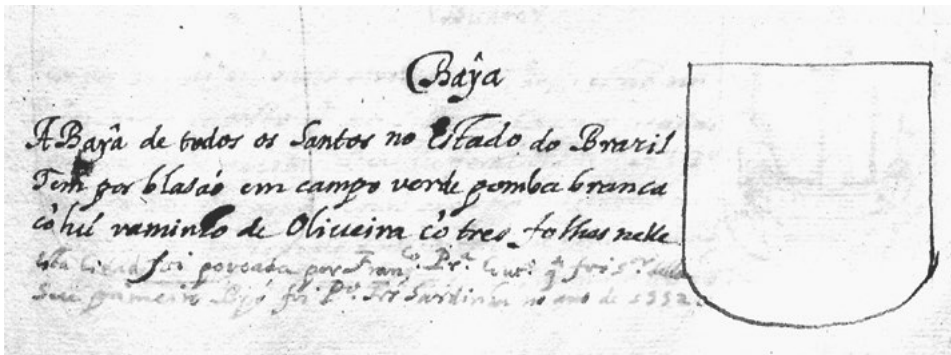


Fig. 7 Pedra de armas da Câmara Municipal de Salvador (fotografia do autor)



Fig. 8 Armas do Estado do Brasil (“Tombo das Armas dos Reis e Titulares e de Todas as Famílias Nobres de Portugal intitulado com o Nome de Tesouro de Nobreza”, *Casa Real, Cartório da Nobreza*, liv. 21, fl. 10, PT/TT/CR/D-A/001/21, imagem cedida pela Torre do Tombo)



Fig. 9 Armas imaginárias do Reino de Sobrarbe (Gonzalo Argote de Molina, *Nobleza del Andalucia*, fl. 34v)

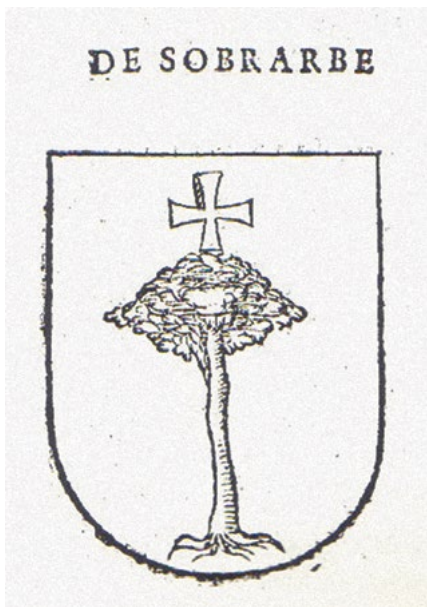


Fig. 10 Armas dos Viscondes de Asseca (Abade de Vallemont, *Elementos da Historia...*, adaptados por Pedro de Sousa de Castelo Branco, reedição policroma oitocentista, estampa 15).

